

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 - A Implantação das Audiências de Custódia.....	7
1.1. A necessidade de adequação da legislação brasileira aos diplomas internacionais de Direitos Humanos	7
1.2. A teleologia do instituto	11
1.3. A implantação das audiências de custódia no Brasil	20
1.4. Os arranjos institucionais como forma de monitoramento de políticas públicas	26
1.5. A implantação nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Acre e no Distrito Federal	31
1.6. Considerações finais	55
Capítulo 2 – As Audiências de Custódia e a Redução do Contingente de Presos Provisórios no Brasil	59
2.1. O desproporcional contingente de presos provisórios no Brasil	59
2.2. A contribuição das audiências de custódia para a redução do contingente de presos provisórios	63
2.3. A pesquisa de campo	73
2.4. A celeridade como obstáculo aos objetivos das audiências de custódia....	79
2.5. Prisão e liberdade nas audiências de custódia no Distrito Federal.....	84
2.6. Considerações finais	97
Capítulo 3 - Os Custodiados e as Práticas dos Agentes Institucionais no Distrito Federal.....	101
3.1. O perfil socioeconômico dos custodiados	101
3.1.1. Sexo	105
3.1.2. Faixa etária	105

3.1.3. Região de origem.....	106
3.1.4. Local de Residência	107
3.1.5. Cor da pele	110
3.1.6. Estado civil.....	113
3.1.7. Filhos.....	113
3.1.8. Escolaridade.....	114
3.1.9. Renda declarada	115
3.1.10. Instituições responsáveis pela captura	116
3.1.11. Vida pregressa.....	117
3.1.12. Uso de algemas.....	120
3.1.13. Direito ao silêncio	122
3.1.14. A relevância do atendimento psicossocial.....	125
3.2. A atuação dos magistrados.....	135
3.2.1. O rito das audiências de custódia no Distrito Federal	137
3.2.2. A vedação à abordagem de mérito	150
3.2.3. A produção da prova penal em audiência de custódia.....	156
3.2.4. O desvalor da vida pregressa na decretação de prisões preventivas	160
3.2.5. A interrupção da narrativa dos custodiados	164
3.2.6. Os comentários dos agentes institucionais nos intervalos das audiências	170
3.2.7. Os “aconselhamentos”.....	174
3.3.1. O exame de conformidade das manifestações com os requisitos da prisão preventiva	178
3.3.2. Divergências e impossibilidade de interposição de recurso para julgamento imediato	185
3.4. A defesa técnica	188

3.4.1. As abordagens da Defesa	191
3.4.2. O cuidado técnico nas manifestações.....	193
3.5. Considerações finais	200
Capítulo 4 - As Audiências de Custódia como Mecanismo de Enfrentamento da Violência Policial nas Prisões em Flagrante no Distrito Federal	205
4.1. A contribuição do Protocolo de Istambul ao enfrentamento da tortura de presos	205
4.2. A conformação dos arranjos institucionais para o enfrentamento da tortura	214
4.3. As audiências de custódia como mecanismo de enfrentamento à tortura	224
4.4. O enfrentamento da violência policial nas audiências de custódia do Distrito Federal	232
4.5. A conformidade das práticas dos operadores jurídicos nas audiências de custódia no Distrito Federal	236
4.6. Considerações finais	263
Conclusão	267
Referências	275
Apêndice A – Formulário de pesquisa.....	299
Apêndice B – Caderno de Anotações.....	327
Anexo I – Relatório de análises estatísticas.....	331